

Empreendimentos estratégicos na Amazônia¹

Valmir Fonseca Azevedo Pereira*

RESUMO

A história da Amazônia tem sido pontilhada por equívocos estratégicos quanto à abordagem mais efetiva para o seu desenvolvimento. Após caracterizar a área, destacando seus aspectos gerais, sua importância global, aspectos de sua colonização e os fatores adversos para o seu desenvolvimento, o autor examina os empreendimentos estratégicos feitos na região, com destaque para o Programa Calha Norte, o SIPAM e o SIVAM.

PALAVRAS-CHAVE

Política, estratégia, Amazônia, planejamento estratégico.

Passados quase quatro séculos, desde o início de sua colonização, em 1637, a Amazônia continua sendo um desafio para o Brasil e para os demais países condôminos chamados de *amazônicos*.

O desafio existiu no passado, persiste no presente e, ao que tudo indica, prosseguirá no futuro. Assim, as metas de integrar a região ao resto da Nação e incentivar o seu desenvolvimento permanecem como faróis sinalizadores das políticas de Governo. O tempo, porém, agregou novos obstáculos aos óbices e fatores adversos exis-

tentes. As pressões internacionais, pertinentes ou não, lícitas ou acobertadas por intenções espúrias para tolher o desenvolvimento do País, realmente existem e são elementos que não podem ser desprezados no estabelecimento de estratégias para a consecução das políticas estabelecidas.

Na atual quadra, a preocupação com o meio ambiente e com as comunidades indígenas adicionaram à questão novos ingredientes, tornando mais árdua a formidável tarefa, pois a formulação e execução de uma estratégia para a região, naturalmente, tran-

* General-de-Brigada. Presidente do Instituto Político-Estratégico Brasileiro (IPEB)

¹ Colaboração da ECEME.

sitam na conciliação dos vetores de internacionalização e de integração nacional.

Apesar da constatação de que, ao longo dos anos, foram formuladas políticas bem definidas para a integração e o desenvolvimento da Amazônia, pode ser questionada a lucidez das abordagens efetuadas até o presente, isto é, a adequação das estratégias empregadas.

A política, como arte de governar, fixa objetivos, que só poderão ser atingidos mediante emprego dos meios existentes.

A estratégia, como arte de aplicar o poder, atualmente é a arte generalizada de políticos, economistas, militares, sociólogos e, como sabemos, é o como fazer, é a inteligência aplicada numa disputa.

Subentende-se, portanto, a existência de meios que possam ser ativados para o êxito da empreitada. Logo, é necessário dispor de força, de capacidade, enfim, de poder, para atingir as metas visualizadas. O poder advirá da somatória das expressões política, econômica, psicossocial, militar e tecnológica existentes, sendo, em última análise, a soma dos recursos materiais e valores psicológicos de que dispõe o Estado para alcançar seus objetivos. Salienta-se a preocupação com os valores psicológicos, inúmeras vezes ausentes e, desse modo, patrocinadores de retumbantes fracassos, pois representam a falta efetiva de vontade quando, no presente caso, é impositiva a existência de tenaz *vontade política* para o êxito de qualquer empreendimento.

A aplicação do poder necessita de planejamentos estratégicos pertinentes, inclusive o emprego da Inteligência. É a *Inteligência estratégica*, que não pode ser alijada

do processo, pois é ela quem vai escolher as ações mais adequadas e os projetos e empreendimentos mais compatíveis, principalmente na região onde são grandes as limitações, seja de espaço físico, limitado por áreas indígenas, áreas de proteção ambiental e corredores ecológicos, seja pela preservação geral do meio ambiente.

No contexto visualizado, deve ser promovida a ocupação seletiva da região, evitadas as migrações rurais e urbanas para os grandes centros², mediante a criação de pólos de desenvolvimentos que, distribuídos pela região, permitam sua ocupação equilibrada e que proporcionem ao homem, não apenas condições de sobrevivência, mas de melhoria do seu padrão de vida. Isso significa incrementar o crescimento econômico e, ao mesmo tempo, promover o desenvolvimento dos recursos humanos.

Tais fatores são limitadores ou indutores das estratégias a serem empregadas, visto que elas são a própria escolha dos meios, que depende da confrontação entre as vulnerabilidades e as nossas possibilidades. O planejamento estratégico consiste num jogo de avaliações constantes entre os fins e os meios que, ao ser concluído, deverá apontar as ações a serem desenvolvidas, por intermédio de empreendimentos estratégicos.

A AMAZÔNIA

A Amazônia, que ocupa 7 milhões de km², é constituída pela Bacia Amazônica e coberta pela floresta tropical úmida. Essa imensa área é comum ao Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Venezuela, Guiana, Suriname e ao Departamento Ultrama-

² Manaus concentra 70% da população do Estado do Amazonas.

rino da Guiana Francesa, por isso chamados Países Amazônicos.

A floresta está situada entre os paralelos 15° e 30° de latitude sul. A chamada *Pan Amazônia* está distribuída sobre uma área de 7.275.000 km² e possui algumas centenas de milhões de microorganismos. Nela, somente um hectare pode conter mais de 200 espécies de árvores.

A temperatura média, no inverno, é de 24° C e, no verão, de 33° C. As chuvas são abundantes, aproximadamente 3000 mm³ por ano, mantendo a umidade do ar entre 88 e 98%.

A área amazônica não é uniforme, apresenta uma diversidade de flora e fauna que, associada ao seu relevo, hidrografia e vastidão, tem tornado seu desenvolvimento extremamente difícil. A escolha de áreas a serem desenvolvidas, com efetivos esforços de integração e pesados investimentos, impõe-se como fundamental.

A Amazônia legal tem como características gerais: ocupar 1/20 da superfície terrestre, 2/5 da área da América do Sul, 3/5 da área nacional; possuir 1/5 do total da água doce disponível no mundo, 1/3 das reservas mundiais de florestas latifoliadas; ser o maior banco genético e a maior fonte de produtos para a indústria farmacêutica no mundo; ser também a mais vasta província mineralógica do planeta, inclusive com minerais estratégicos de terceira geração (urânio, titânio, nióbio etc.).

A Amazônia legal tem como características gerais: ocupar 1/20 da superfície terrestre, 2/5 da área da América do Sul, 3/5 da área nacional; possuir 1/5 do total da água doce disponível no mundo, 1/3 das reservas mundiais de florestas latifoliadas; ser o maior banco genético e a maior fonte de produtos para a indústria farmacêutica no mundo; ser também a mais vasta província mineralógica do planeta, inclusive com minerais estratégicos de terceira geração (urânio, titânio, nióbio etc.).

A bacia hidrográfica tem como principal elemento o Rio Amazonas, com cerca de 200 afluentes principais nos dois hemisférios, que cruzam a região em todas as direções.

O Rio Amazonas tem suas nascentes nos Andes e corta a região de oeste para leste, até o Oceano Atlântico, onde deságua com uma descarga de aproximadamente 200.000 m³ por segundo. No seu trajeto, cumpre um percurso de 7.000 km, dos quais 3.200 no Brasil, sendo navegável até Iquitos, no Peru. (3.580 km).

Distribuída por nove países, sua vasta floresta representa um *eldorado* a ser explorado. Presente nas várias fronteiras, é um obstáculo natural de considerável importância, e sua porção em cada país torna a região de incalculável valor estratégico para toda a América do Sul.

A dificuldade de países amazônicos para inserirem sua porção no contexto nacional de cada um deles tem demonstrado a magnitude dessa tarefa.

A importância da região, portanto, não decorre apenas de sua posição estratégica e de sua formidável dimensão, mas também da sua condição como fonte de recursos naturais, alguns escassos em outras partes do mundo.

Seu potencial econômico é reconhecido. Estudos confirmam sua imensa ri-

queza mineral³. No aspecto militar, avulta como obstáculo natural, tornando difícil qualquer ação envolvendo grandes efetivos.

Nada mais natural que seus países condôminos busquem a formação de organismos regionais, como o Pacto Amazônico, para promover seus interesses e mesmo contrapor-se às pretensões políticas e econômicas adversas orquestradas no contexto internacional.

O Pacto Amazônico foi assinado em julho de 1978. Era um pacote de intenções estabelecido sob a desconfiança de alguns países, que acreditavam que o mesmo sinalizava, à época, o imperialismo brasileiro. Efetivamente, não alcançou os resultados esperados, não promovendo a ocupação dos espaços intermediários, um de seus principais objetivos.

Em 1989, foi assinada a *Declaração de Manaus*, com a finalidade de retomar, em bases mais sólidas e planejadas, as metas do Pacto Amazônico.

O Rio Amazonas foi descoberto por Francisco Orellana, em expedição empreendida, inicialmente, por Gonçalo Pizarro, a partir de suas nascentes andinas até a foz, onde chegou Orellana em 1542.

O início da exploração e colonização da foz ocorreu após a fundação do Forte do Presépio, em Belém, pelos portugueses, em 1616.

Em 1637, com a união das coroas portuguesa e espanhola foi criada a Capitania do Cabo Norte (Amapá). O capitão Pedro Teixeira, o mais destacado explorador da Amazônia, no mesmo ano, come-

çou a reconhecer o rio, chegando com sua expedição, até Quito (Equador).

Ao longo dos séculos XVII e XVIII foram construídas na área, pelos portugueses, principalmente na foz, para proteger a região contra as incursões de franceses, holandeses e ingleses, 37 fortificações, dando origem às cidades de Macapá, Óbidos, Santarém, São Gabriel da Cachoeira, São José do Marabitanas, São Francisco Xavier de Tabatinga, Santo Antônio do Gurupá, Príncipe da Beira, São José da Barra do Rio Negro (Manaus) e São Joaquim do Rio Branco.

A Amazônia brasileira constitui a porção setentrional do território nacional, com uma superfície de 3.500.000 km² (42% do país). Sua extensa bacia hidrográfica, com densa cobertura vegetal, com apenas 18 milhões de habitantes, caracteriza uma preocupante rarefação demográfica.

A Amazônia legal foi instituída em 1956, para fins de planejamento e distribuição de investimentos, envolvendo os estados do Pará, Amazonas, Acre, Rondônia, Amapá, Roraima, parte do Maranhão, do Tocantins e do Mato Grosso, abrangendo uma área de 5 milhões de km² (58% do território nacional). A Amazônia legal possui 12% da população brasileira e contribui com apenas 5% do PIB nacional.

Na área vivem cerca de 135 mil índios (62% do total de indígenas brasileiros), ocupando 240 áreas demarcadas, 228 não demarcadas, perfazendo um total de 82.544.163 hectares, cerca de 10% do território nacional. Cada índio brasileiro tem, em média, direito ao uso de 400 hectares.

³ Manganês, ferro, nióbio, ouro, diamante, cassiterita, tantalita, bauxita, molibdênio, etc.

São muitos os fatores que, isolados ou em conjunto, têm dificultado os esforços para efetiva integração da Amazônia aos centros de poder e ao desenvolvimento nacionais. São dificuldades comuns que estão presentes, com intensidades diferentes, em cada país. Ressaltam-se, como adversos:

- o imenso e diversificado espaço geográfico, as grandes distâncias, dificultando as ligações, a precária rede viária predominantemente fluvial, o reduzido uso da rede fluvial que oferece boas condições de navegabilidade;

- a densa floresta tropical, obstáculo natural que torna difícil o acesso e a permanência do homem na região;

- as condições ambientais favorecendo a proliferação de insetos e de várias doenças tropicais;

- o contrabando e os descaminhos, principalmente do ouro, causando evasão de riquezas, por falta de controle e fiscalização das áreas de garimpo;

- a extração ilegal de madeira (5 milhões de árvores/ano);

- a exploração mineral ilegal, a região possui diversos minerais, alguns em áreas indígenas, que são invadidas por garimpeiros e mineradoras. A exploração, realizada sem planejamento, atraiu para a região cerca de 300 mil garimpeiros na década de 1980 cuja ação legal causou danos à natureza (desmatamento, desertificação do solo, assoreamento e poluição dos rios e igarapés) e às tribos indígenas, transmitindo doenças, e con-

tribuindo para a desorganização socioeconômica da região. Além disso, garimpeiros cruzam as fronteiras, gerando incidentes diplomáticos com a Venezuela, Colômbia, Bolívia e a Guiana Francesa.

- as pressões sociais decorrentes do surgimento de conflitos entre garimpeiro e mineradoras, mi-

neradoras e índios e entre garimpeiros e índios, e da ocupação desordenada do espaço são outros focos perturbadores da estabilidade socioeconômica regional;

- o narcotráfico, envolvendo a plantação e a exploração da

maconha e da coca na Colômbia, na Bolívia e no Peru, e o uso de áreas no Brasil e na Venezuela como rotas para distribuição de drogas;

- a guerrilha na Colômbia, usando as facilidades para cruzar fronteiras de um país para o outro, e sua ligação com o tráfico de drogas aumentam o problema e constituem uma preocupação para o Brasil;

- recursos financeiros insuficientes para a implementação e continuidade de projetos, recursos muitas vezes mal empregados, ou usados de forma descontrolada, quando não desviados;

- falta de infra-estrutura social, principalmente na área de saúde;

- falta de vontade política: a ausência do Estado, a diversidade de entidades envolvidas, a falta de planejamentos conjuntos e coordenados, provocando descontinuidade na execução de planos ou programas;

Na área vivem cerca de 135 mil índios (62% do total de indígenas brasileiros), ocupando 240 áreas demarcadas, 228 não demarcadas, perfazendo um total de 82.544.163 hectares, cerca de 10% do território nacional. Cada índio brasileiro tem, em média, direito ao uso de 400 hectares.

- população rarefeita e difusa (1,6 hab/km²), pobre e de baixa capacitação profissional;
- precariedade da infra-estrutura energética, inibindo o estabelecimento de programas e projetos, apesar de a área possuir grande potencial hídrico;
- ação predatória do homem: garimpeiros e madeireiros que, com sua ação ilegal e sem controle, causam danos ao meio ambiente, devastam a floresta com as queimadas e a derrubada indiscriminada de árvores;
- presença de organizações não governamentais (ONGs) estrangeiras, nem sempre realizando o que divulgam e que, às vezes, substituem a presença do Estado, normalmente sem qualquer controle.
- disseminação de áreas indígenas, com índios de diferentes tribos que desconhecem limites fronteiriços. Estão situadas na região 83% das reservas indígenas do Brasil. Essas reservas ocupam cerca de 12% do Acre, 22% do Amazonas, 7,85% do Amapá, 20% do Pará, 17,25% de Rondônia, 57,27% de Roraima e 7,25% de Tocantins;
- pressões internas e externas, visando a interesses nem sempre legítimos que exploram a ausência ou deficiência de ação governamental em diversas áreas e setores como pretexto para justificá-las. A importância da Amazônia vem sendo exacerbada em nível internacional, com propósitos ditos idealistas e metas obscuras. Para muitos brasileiros, por trás do discurso idealista se escondem interesses, nem sempre legítimos, que retiram do país a possibilidade de integrar e desenvolver a região. Seja para impedir ou limitar a ação do Estado brasileiro, a importância da Amazônia tem sido levada a patamares que a sinalizam como vital para

a humanidade, desafiando os limites da soberania do país. Na medida em que o Governo não consegue efetivar suas políticas e se mostra incapaz de impedir os danos ao meio ambiente, alimenta a idéia de sua incompetência para administrar o valioso patrimônio que é a Amazônia.

EMPREENDIMENTOS ESTRATÉGICOS NA REGIÃO

A primeira fase das atividades econômicas da região amazônica foi marcada pelos ciclos extrativistas, dos quais destacamos da borracha, da castanha, da juta, da pesca e do garimpo no leito dos rios.

A segunda fase ocorreu a partir de 1953, com a criação da Superintendência do Plano de Valorização e Estruturação da Amazônia (SPEVEA) e com medidas que se seguiram na década de 1960. Foram criados o Banco da Amazônia S/A (BASA), a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), e a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em substituição à SPEVEA. A segunda fase prosseguiu, através do 1º Plano Nacional de Desenvolvimento (1º PND) durante a expansão econômica do País, quando surgiram o Programa de Integração Nacional (PIN), o Pro-terra, a rodovia Transamazônica (Boca do Acre/AM - Estreito/MA), a Cuiabá - Santarém (BR-163) e a Porto Velho - Rio Branco (BR-364). Com o 2º PND, foram criados o Polamazônia (Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia), o Projeto Carajás, a Albrás-Alunorte, a Alcoa, o Projeto Jari, as Centrais Elétricas de Tucuruí (PA), Samuel (RO) e Balbina (RR), empreendimentos, cuja tônica era a integração da região. Na época, foram de-

envolvidos megaprojetos agropecuários, governamentais e privados, e um sem-número de empreendimentos menores; foi desencadeada a abertura de estradas e outros grandes projetos de mineração e produção de energia. É significativo o estabelecimento do Projeto Radar da Amazônia (RADAM), em 1970, para realizar o levantamento científico dos recursos minerais.

Essa fase, segundo a visão geopolítica de *integrar para não entregar*, deu origem a programas de grande envergadura, voltados para a criação de uma infra-estrutura e programas de colonização e desenvolvimento econômico, como a Polamazônia, basicamente orientados para manter a segurança e a soberania nacionais, a fim de evitar uma possível intervenção estrangeira.

Na prática, os resultados foram a ocupação desordenada da região, a agressão ao meio ambiente e a falência dos megaprojetos devido à descontinuidade em sua execução, o comprometimento da implantação de eixos rodoviários pela falta de seu prosseguimento e de manutenção adequada dos trechos concluídos. Foram destaques as ações de garimpeiros ilegais e o garimpo de Serra Pelada (*boom* em 1979), que sublinhavam o descaso do homem para com a natureza e salientavam a falta de ação efetiva do Governo, ao ser constatada a falta de planejamento e controle em tais atividades.

A década de 1980 foi de acusações pelos erros anteriores, época de polêmicas e controvérsias, em que, alegando ser a Amazônia um patrimônio da humanidade, algumas nações do Primeiro Mundo questionavam abertamente a soberania do Brasil sobre área tão sensível.

Ao término da segunda fase, praticamente assistimos ao engessamento da Amazônia, coberta de limitações promovidas por pressões externas e internas, fazendo coro: governos e ONGs que empunharam bandeiras em defesa do meio ambiente e das tribos indígenas e que contaram com o apoio maciço da mídia.

Apesar da gama de acusações contra as más conseqüências percebidas, a verdade é que grande parte da infra-estrutura atual, que está aquém do planejado, é fruto daquela época.

Os projetos Trombetas (Pará), Jari, Carajás, Tucuruí, os portos de Santarém e Manaus, o Complexo Mineral de Oriximiná, a Zona Franca de Manaus, o Complexo Petrolífero de Urucu, o Projeto Calha Norte, a implantação de diversas rodovias e a visão do desenvolvimento polarizado, com esforço em Manaus e Belém, bem como a preocupação com o aumento da presença do Estado⁴, por meio da criação de territórios, são testemunhos eloqüentes do esforço despendido, mas que, em termos práticos, beneficiaram muito pouco a população amazônica.

A fase atual, iniciada a partir de 1989, com a assinatura da *Declaração de Manaus*, já privilegiava o início de uma nova abordagem, devido aos ensinamentos colhidos no passado. A percepção da importância da ligação Manaus - Caracas (BR -174) e a preocupação em aumentar a disponibilidade energética da área, pela compra de excedentes da Venezuela (Complexo Hidrelétrico de Guri/Macágua para Roraima) e a comercialização do gás natural de Coari (AM) enfatizam o novo enfoque.

⁴ Programas Nossa Natureza e de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira Ocidental.

Atualmente, existe a consciência de que não há um modelo de desenvolvimento específico para a Amazônia e que qualquer plano a ser implementado na região deve considerar: a extensão e a diversidade da área, pois a mesma é um mosaico de solos, de climas, de vegetações, de biodiversidade e de disponibilidade de recursos naturais; a população rarefeita, desigualmente distribuída, e concentrada nas cidades ribeirinhas; a necessidade de ser implantada uma política para o meio ambiente, que concilie a preservação dos estoques genéticos com as necessidades básicas dos países em desenvolvimento e o interesse econômico das grandes nações industrializadas; o meio físico como o maior obstáculo; a imensa fronteira seca (11.560 km) como uma área instável e altamente vulnerável; as dificuldades de transporte e comunicações; a escassez de recursos financeiros; as deficiências na oferta de energia; a debilidade numérica ou incapacidade das bancadas legislativas dos estados amazônicos junto ao Congresso Nacional; elites pequenas, escassez de capital local, falta de mão-de-obra especializada, deficiências da infra-estrutura social, particularmente no setor de saúde.

Concluindo, pode-se constatar que a Amazônia não pode ser tratada como um todo, mas por partes. O Estado, mais do que empreendedor, deve ser indutor da iniciativa e da participação da iniciativa privada. Não bastam linhas gerais de ação; são

A Amazônia não pode ser tratada como um todo, mas por partes. O Estado, mais do que empreendedor, deve ser indutor da iniciativa e da participação da iniciativa privada. Não bastam linhas gerais de ação; são necessários planos e programas bem definidos, dentro de prioridades, consideradas as reais possibilidades. Eles devem ser dimensionados no tempo e no espaço, com a certeza de que os resultados somente ocorrerão a médio e longo prazo.

necessários planos e programas bem definidos, dentro de prioridades, consideradas as reais possibilidades. Eles devem ser dimensionados no tempo e no espaço, com a certeza de que os resultados somente ocorrerão a médio e longo prazo.

Pode-se, a partir de uma visão estratégica global, estabelecer planos regionais para sub-regiões que poderão no futuro interligar-se. A implantação por sub-regiões impõe a sua divisão em áreas estratégicas, identificando-se, em cada uma, suas peculiaridades e as possibilidades produtivas.

O propósito básico está direcionado para a ocupação racional e dirigida e para a capacidade de sustentação das comunidades. Para isso, preconiza-se a ocupação adequada, em áreas que promovam uma regular distribuição populacional e propiciem a execução de atividades produtivas, preservando o meio ambiente. Em decorrência, além do crescimento normal advindo, visualiza-se uma melhoria na condição de vida da população.

O PROGRAMA CALHA NORTE

O PCN é um programa básico de integração nacional que foi criado, em 1985, para promover o desenvolvimento da Amazônia setentrional brasileira, de economia primária e rudimentar, baseada no extrativismo e na agricultura de subsistência, a partir de uma avaliação político-estratégica da região

situada ao norte dos rios Amazonas e Solimões. A calha desses rios tende a dissociar a região considerada do restante do território nacional, tornando ainda mais crítico o distanciamento dos centros de poder locais – Manaus, Macapá e Boa Vista – dos centros de poder nacionais.

O estudo definiu, na área, três espaços diferenciados: o primeiro, com 150 km de largura, considera o arco fronteiriço que vai de Tabatinga (AM) até o Oiapoque (AP). O segundo, definido pela orla ribeirinha dos rios Solimões e Amazonas, e seus principais afluentes, e o terceiro, a *hinterlândia*, constituído dos espaços interiores limitados pelos dois primeiros.

A região com 7,4 mil km de fronteiras limita-se com cinco países e a Guiana Francesa. Possui uma população em torno de 2,7 milhões de habitantes e abriga cerca de 25% da população indígena do país. Ocupa uma área de 1,4 milhão km².

A imensidão da área e a dimensão amazônica de seus problemas demandaram o estabelecimento de prioridades. Assim, elegeu-se a *faixa de fronteira* como prioritária, tendo em vista a manutenção da integridade territorial

O PCN objetiva promover, por meio de projetos especiais, o aumento da presença brasileira na área, inclusive militar, o incremento das relações bilaterais com os países vizinhos, o fortalecimento das ações do Governo para beneficiar as populações indígenas (incentivo às ações da FUNAI) a intensificação das campanhas de recuperação dos marcos limítrofes e a ampliação da infra-estrutura viária e da oferta de recursos sociais básicos.

O Governo pretende desenvolver na região, nas próximas décadas, através de ações

integradas de desenvolvimento sustentável, um esforço bem articulado, no qual o PCN atuará como agente catalisador e aglutinador de decisões e ações, orientadas por diretrizes estratégicas que ensejem uma visão coerente e compartilhada do futuro regional, conforme estudo elaborado pelo Professor Roberto Cavalcanti de Albuquerque, do Instituto Nacional de Altos Estudos do Rio de Janeiro. Para isso, pretende empenhar, de um lado, a esfera pública (União, estados e municípios) e, de outro, a iniciativa privada.

SIPAM/SIVAM

O Projeto do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) é um empreendimento estratégico interministerial, criado em setembro de 1990, com o objetivo de promover a integração e a coordenação das ações governamentais e assegurar a implementação de políticas e estratégias concebidas para a Amazônia, otimizando as ações para incentivar o crescimento econômico, segundo um desenvolvimento sustentável e preservando o meio ambiente.

Suas áreas de atuação serão a proteção ambiental, o controle da ocupação e uso do solo, a vigilância e o controle das fronteiras, o combate às atividades ilícitas, a prevenção e controle de endemias e epidemias, a proteção das terras indígenas, a vigilância e o controle do tráfego aéreo e o apoio à navegação fluvial.

Para viabilizar o SIPAM, foi criado o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), que é um sistema integrado de radares e sensores de vigilância e que visa a combinar radares e redes de telecomunicações.

O elemento básico do SIVAM é a informação, através da integração de uma

rede de telecomunicações e o controle do espaço aéreo, utilizando um sistema de radares primários e secundários, sendo 19 radares fixos, 8 móveis, 8 aviões com sensores e 4 aviões com laboratório.

O SIVAM, como infra-estrutura técnica e operacional do SIPAM, serve para o monitoramento de radiotransmissores clandestinos e de embarcações, para apoiar a navegação fluvial e aérea e explorar as facilidades de radiogoniometro. São utilizados satélites radares fixos e móveis e aeronaves com sensores.

O SIVAM é composto por três Centros Regionais de Vigilância (Manaus, Belém, Porto Velho), ligados ao Centro de Coordenação Geral (Brasília). Cada Centro Regional conta com uma Unidade de Vigilância (UV), Unidades de Vigilância Transportáveis (UVT) e Unidades de Telecomunicações (UT). Em Manaus, estão instalados um Centro de Apoio Logístico (CAL) e um Centro de Vigilância Aérea (CVA).

CONCLUSÃO

A história da Amazônia tem sido pontilhada por equívocos estratégicos quanto à abordagem mais efetiva para o seu desenvolvimento. Na seqüência das ações a serem empreendidas, a integração é prioritária. No prosseguimento, está prevista a montagem da infra-estrutura que viabilizará o seu desenvolvimento. São os eixos de deslocamento, estradas e rios, que permitirão as ligações, a entrada e saída de produtos, incentivando a produção e a troca de bens. Contudo, é preciso selecionar áreas por sua vocação econômica, promovendo a implantação de pólos, considerando a capacitação do homem e a preservação do meio ambiente.

O desconhecimento das peculiaridades regionais, bem como a ausência de diálogo entre os diversos setores e a falta de articulação entre os ministérios têm ensejado um sério retardo.

A Amazônia tem sido palco de desencontradas políticas regionais. A implantação de megaprojetos mostrou-se inviável. Ela provoca conhecidos danos ambientais, com conseqüências negativas. Necessitando de considerável quantidade de energia, eles absorviam pouca mão-de-obra, sem garantir o esperado retorno para melhoria de vida da população local.

O Programa Calha Norte ainda depende de substanciais recursos para atingir parte de seus objetivos. O fluxo dos investimentos tem sido descontínuo. Sendo um projeto interministerial, ainda se recente da ausência de diversos setores devido à falta de estrutura logística.

A implantação do projeto SIPAM/SIVAM está atrasada. Ligado a financiamentos externos, espera-se que sua conclusão ocorra no mais curto prazo.

O projeto, quando efetivado, reforçará a defesa e a preservação da Amazônia, o que se almejava originariamente com o Calha Norte. Contudo, mais abrangente que este, sublinhará a presença do Estado brasileiro na região.

Na atualidade preconiza-se a ocupação seletiva e o desenvolvimento sustentável como pilares para que se atinjam os objetivos nacionais na Amazônia.

País de enormes dimensões, o Brasil possui formidáveis desafios e lacunas em diversos setores que somente serão preenchidos com a priorização dos problemas e o desencadeamento de políticas e estratégias efetivas. ●